



## **IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E SINAIS CONTEMPORÂNEOS**

### **ITALIAN IMMIGRATION IN THE ESPÍRITO SANTO STATE: HISTORICAL ASPECTS AND CONTEMPORARY SIGNS**

### **IMMIGRATION ITALIENNE DANS L'ÉTAT D'ESPÍRITO SANTO: ASPECTS HISTORIQUES ET SIGNES CONTEMPORAINS**

*DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.56-75*

**José Lazaro Celin**

Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES)

E-mail: jlcelin@gmail.com

#### **RESUMO:**

Este artigo utiliza dados estatísticos e censitários, além de dissertações e teses, como fontes de pesquisa para relacionar características sociais e econômicas contemporâneas ao processo de colonização estrangeira ocorrido no Estado do Espírito Santo na segunda metade do século XIX. Resgata as especificidades da corrente italiana entre os imigrantes, enfatizando seu caráter majoritário em relação a outras nacionalidades, seus hábitos e formas de adaptação à nova terra, cujo epicentro era sempre a família e a religião. Disto resultou um sistema de valores transmitido por gerações, fundado no trabalho e na cooperação e solidariedade entre os membros do grupo, constituindo um verdadeiro capital social que explica o surgimento e dinamismo de várias atividades econômicas, incluindo, dentre outras, confecções, cerâmica, mobiliário e agroturismo, não por outra razão, marcantes nas regiões de colonização estrangeira em território capixaba.

**Palavras-chave:** Imigração Italiana; Dinâmica Populacional; Economia Capixaba.

---

#### **ABSTRACT:**

This article uses statistical and census data as well as theses and dissertations as research sources to relate social and economic characteristics to contemporary foreign colonization process occurred in Espírito Santo in the second half of the nineteenth century. Rescues the specificities of the Italian chain among foreign immigrants, emphasizing its major character in relation to other nationalities, their habits and ways of adapting to the ground mist, whose epicenter was always the family and religion. The result was a system of values transmitted for generations, based on the work and cooperation and solidarity between group members, constituting a true capital that explains the emergence and dynamics of various economic activities, including, among others, clothing, ceramics, furniture and agritourism, for no other reason, striking in the areas of foreign colonization in Espírito Santo territory.

**Keywords:** Italian Immigration; Population Dynamics; Economy of the Espírito Santo.

---

#### **RESUMÉ:**

Cet article utilise des données statistiques e de recensement, ainsi que des mémoires et de thèses, comme sources des recherche pour relier les caractéristiques sociales et économiques contemporaines du processus de colonisation étrangère survenu dans l'État d'Espírito Santo au cours de la seconde moitié du XIX siècle. Il rappelle les spécificités du courant italien chez les immigrants, en soulignant leur majorité par rapport aux autres nationalités, leurs habitudes et leurs façons de s'adapter au nouveau territoire, dont l'épicentre a toujours été la famille et la religion. Il en est résulté un système de valeurs transmis de génération en génération, fondé sur le travail, la coopération et la solidarité entre les membres du groupe, constituant un véritable capital social qui explique l'émergence et le dynamisme de diverses activités économiques, notamment les confiseries, la céramique, le mobilier. et l'agrotourisme, pas pour une autre raison, marqué dans les régions de colonisation étrangère sur le territoire d'Espírito Santo.

**Mots-clés:** Immigration Italienne; Dynamique des Populations; Économie - Territoire de l'Espírito Santo.

## 1 INTRODUÇÃO

A história do estado do Espírito Santo remonta a 23 de maio de 1535, data da chegada de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da capitania. Três séculos se passaram sem que essa pequena parte do Brasil<sup>1</sup> tivesse destaque na vida brasileira, sob qualquer ponto de vista. Sua população permaneceu diminuta e restrita a pequenos núcleos próximos do litoral e sua economia, estagnada até meados do século XIX<sup>2</sup>. A partir de então, começa uma nova fase da história regional, cujo marco inicial corresponde à chegada dos primeiros imigrantes europeus à então província do Espírito Santo, em 1847, dando origem à colônia de Santa Izabel<sup>3</sup>.

Nas décadas seguintes, verificou-se um afluxo relativamente intenso de imigrantes estrangeiros para o Espírito Santo<sup>4</sup>, proveniente de diversas regiões da Europa, fato que perdurou até as primeiras décadas do século XX. Os números relativos à imigração bruta para o Espírito Santo apresentam disparidades, a depender da fonte consultada. Dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo indicam que entraram no estado 47.026 imigrantes no século XIX, dos quais 35.033 (74,5%) eram de origem itálica, e que outros 7.129 estrangeiros de diversas origens chegaram no século XX, contados até 1973 (APEES, 2015). Por sua vez, um relatório consular italiano calculava em 50 mil apenas os italianos emigrados para o Espírito Santo até o primeiro ano do século XX (RIZZETTO, 1905).

Mas, afinal, quais foram os impactos da imigração italiana em terras capixabas? Como teriam influenciado e reagido os imigrantes italianos ao novo meio? Que características contemporâneas poderiam atestar a presença italiana no Espírito Santo? Diante desses questionamentos, o objetivo do presente artigo é contextualizar historicamente o fenômeno migratório estrangeiro no Espírito Santo, identificando as características demográficas e culturais da corrente italiana, e apontar indícios atuais que conduzam a uma origem comum, à Itália. Para tanto, levantou-se e apreciou-se a bibliografia disponível sobre o tema, complementada por dados estatísticos e censitários. No que tange à fase contemporânea, recorreu-se às conclusões de três trabalhos acadêmicos que procuram articular teoria e evidências sobre algumas características culturais que marcam os ítalo-descendentes.

<sup>1</sup> Em sua conformação atual, o estado do Espírito Santo representa 0,5% da superfície brasileira.

<sup>2</sup> As causas desse isolamento são amplamente discutidas, fugindo aos objetivos deste artigo. Ao leitor interessado, recomenda-se a leitura de Celin (1984).

<sup>3</sup> Inicialmente foram alocadas nessa colônia 38 famílias alemãs vindas da região do Rühr (GIEMSA; NAUCK, 1950, p. 455).

<sup>4</sup> Apesar dos entraves, mas levando-se em conta o tamanho da província e a sua população original, o contingente de imigrantes alocados em terras capixabas veio a ser um dos mais intensos do Brasil durante a Grande Imigração.



A estrutura do texto está organizada em cinco seções, além desta Introdução e das Conclusões. Na segunda seção, busca-se analisar a situação econômica e social da Itália e do Brasil na segunda metade do século XIX, cenários da emigração/imigração. Na seção seguinte, apresentam-se algumas das razões que situaram o Espírito Santo na rota da grande imigração<sup>5</sup>. Na quarta seção, avaliam-se os impactos da imigração italiana na formação econômica, territorial e social do estado do Espírito Santo. A quinta e última seção mostra que os impactos da colonização italiana no Espírito Santo vão muito além do aumento inicial da população regional, deixando marcas que permanecem até os dias atuais.

## 2 ITÁLIA E BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A Itália tal como é conhecida ainda não existia em meados do século XIX. Nessa época, a Península Itálica era dividida em várias unidades politicamente independentes entre si que, de acordo com as decisões do Congresso de Viena, passaram a ser dominadas por franceses, austríacos e pela Igreja Católica.

Fato coevo, a Revolução Industrial avançava em todo o continente, desintegrando as antigas relações feudais, promovendo o crescimento das cidades e a intensificação do comércio. Com vistas à continuidade do crescimento e à expansão de suas atividades no exterior, a burguesia desejava a unificação de toda a região. Desde 1848, foram várias as tentativas nesse sentido, e as intensas guerras delas decorrentes duraram aproximadamente 20 anos. Em 1860 a unificação estava praticamente concluída, sendo Vitor Emanuel II proclamado rei da Itália. Veneza e Roma ainda resistiram, mas por pouco tempo, sendo a primeira anexada em 1866 e a segunda em 1870<sup>6</sup>.

A nova realidade era especialmente difícil para pequenos camponeses, que ou deixavam a terra natal ou se submetiam às condições opressoras consubstanciadas entre o alto custo de uso da terra e o baixo preço obtido no mercado pelos seus produtos. As pressões econômicas e populacionais, reforçadas por intensa propaganda a favor da emigração, fizeram com que cerca de 7,4 milhões de italianos procurassem as Américas entre 1876 e 1914 (KLEIN, 1989). Os destinos mais procurados sempre foram Estados Unidos, Argentina e Brasil, tendo surtido grande efeito campanhas no norte da península a favor da emigração para as terras brasileiras<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> A chamada “Grande Imigração” refere-se à saída em massa de pessoas da Europa (principalmente das Penínsulas Itálica e Ibérica) em direção às Américas e à Oceania, durante aproximadamente 70 anos, entre 1850 e 1920. Sobre isso, ver Beiguelman (1981), cujo livro tornou-se importante referência e objeto de várias edições.

<sup>6</sup> A Igreja Católica, mesmo com Roma anexada, não aceitou a perda de seus territórios. Somente em 1929, com a assinatura do Tratado de Latrão, entre o Papa Pio XI e o Estado Italiano, essa questão foi resolvida, criando-se o Estado do Vaticano, com área de 0,44 km<sup>2</sup>, sob o governo da Igreja Católica.

<sup>7</sup> Um desses materiais dizia: *Partire subito per l’America, pel Brasile, a far fortuna* (DERENZI, 1974, p. 46).



O Brasil de meados dos oitocentos competia com outros destinos, aos olhos dos europeus que emigravam. Como atrativos, dispunha de terras em abundância, subvencionava em parte os custos dos imigrantes e, a essa época, encontrara o produto responsável pela reinserção comercial do país no mundo, o café. Uma vez esgotados os ganhos com a mineração do ouro – meados do século XVIII –, o Brasil entrará numa estagnação econômica secular, só superada pelo desenvolvimento da cafeicultura, a qual conheceu uma expansão sem limites até o fim do século, mas que continuou dominando a vida nacional pelo menos até os anos 1930, quando o país inicia uma trajetória nitidamente industrializante.

Entretanto a expansão do café não se fez sem percalços, dado que o avanço da atividade dependia da oferta abundante de braços para a lavoura. Furtado (1972) e Graham (1973) afirmam que, com a gradativa dificuldade de utilização da mão de obra escrava a partir de 1850 e a proibição da escravatura a partir de 1888, e não podendo contar com significativas correntes migratórias internas, o problema da mão de obra para a cafeicultura só teve solução duradoura com a chegada de milhares de trabalhadores imigrantes, principalmente no último quarto do século XIX.

No entanto, a abertura do país aos imigrantes é precedida de controvérsias, principalmente quanto ao método de sua execução. Altos representantes do Império advogavam a formação de núcleos coloniais como meio de se promover a imigração espontânea e em larga escala, visando à transição da mão de obra cativa para o trabalho livre no país. Outros, mais imediatistas, ligados à cafeicultura, propugnavam a destinação direta dos imigrantes à grande lavoura. Embora a estratégia de núcleos coloniais implicasse necessariamente uma visão de prazo mais longo, não escapava a algumas vozes oficiais e possibilidade de atender de forma mais imediata a necessidade da grande lavoura, levando o governo imperial a certa contemporização no trato do problema<sup>8</sup>. Esse processo, um pouco mais lento no século XX, prolonga-se até a década de 1930, quando a corrente migratória da Europa para a América declina drasticamente. Durante a Grande Imigração, 1,4 milhão dos estrangeiros ingressantes no país – um terço do total – é de origem italiana (Tabela 1).

---

<sup>8</sup> A imigração subsidiada abarcou o período de 1870 a 1930, sendo inicialmente promovida diretamente pelos fazendeiros, mas gradativamente assumida pelos governos regionais e central. Para uma discussão da controvérsia sobre imigração e colonização no Parlamento brasileiro, sugere-se a leitura de Lazzari (1980).



**Tabela 1:** Brasil: total de imigrantes segundo a nacionalidade (1884/1939)

Nacionalidade	Total	%
Italianos	1.412.263	34,0
Portugueses	1.204.394	29,0
Espanhóis	581.718	14,0
Japoneses	185.799	4,4
Alemães	170.645	4,1
Sírios e Turcos	98.962	2,4
Outros	504.936	12,1
<b>Total</b>	<b>4.158.717</b>	<b>100,0</b>

Fonte: OLIVEIRA (2001, p. 23)

A imigração foi decisiva para atender as necessidades de trabalho em larga escala na expansão da cafeicultura, sobretudo em São Paulo. Em outras Províncias/Estados, ainda bastante despovoadas, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas também no Espírito Santo, a imigração foi fundamental para o povoamento e a ocupação de grandes vazios territoriais. Nos lugares onde vigorou a colonização, constituiu uma organização econômica e social bem distinta do resto do país, marcada por ausência do latifúndio e grande parcelamento da propriedade da terra, produzindo uma variedade de produtos voltada para o mercado interno (PRADO JÚNIOR, 1994).

### 3 ESPÍRITO SANTO: UM PEDAÇO DO NOVO MUNDO

As guerras anteriores à unificação da Itália ocasionaram grande êxodo de comunidades do norte da península, principalmente das regiões do Vêneto, da Lombardia, da Emilia Romagna, do Piemonte e do Trentino-Alto Adige. O mapa da província do Espírito Santo<sup>9</sup> circulava fartamente entre os camponeses dessa área, como peça decisiva para que o Espírito Santo figurasse na rota de imigração. Descende daquelas regiões a quase totalidade dos italianos dirigidos a essa província, orientados muito mais por uma lógica de povoamento do que por qualquer outra razão.

De acordo com Rocha (2000), o resultado da imigração estrangeira no Espírito Santo só pode ser compreendido à luz da política imperial, baseada na criação de colônias oficiais de povoamento e na ausência de maior poder político da “grande lavoura” na província.

Em reforço à política central, sucessivos pronunciamentos das autoridades provinciais no Espírito Santo apontavam para o principal motivo da imigração: o vazio demográfico e, por consequência, o marasmo econômico da província “[...] que tanto precisa de homens válidos que

<sup>9</sup> “Mappa Geral da Provincia do Espirito Santo, relativo as Colonias e Vias de Comunicação, editado por C Krauss, e publicado por Ordem de S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio Francisco de Paula Souza, Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios d’Agricultura Commercio e Obras Publicas, 1866”. Distribuído como propaganda para a emigração, trazia legendas às margens escritas em português, francês, alemão e inglês (MUNIZ, 1997, p. 189-191).

fecundem com seu trabalho os fertilíssimos terrenos [...] em condições de receber mais de 200.000 imigrantes [...] mas ainda despovoados e incultos”<sup>10</sup>. Assim, as perspectivas de atração recaíam na grande quantidade de terras devolutas e nos subsídios oficiais à imigração, tanto do governo central quanto do regional, justificados pela diminuta população<sup>11</sup> e pela necessidade de animar economicamente a então província que passara ao largo de todos os ciclos de prosperidade experimentados pelo país até essa época.

Na segunda década do século XIX, a população do Espírito Santo era de aproximadamente 36 mil habitantes, dos quais menos de um quarto era de brancos (23,2%), enquanto dois terços compunham-se de mulatos e pretos cativos (36%), localizados em dez vilarejos ao longo do litoral. De 1847 até o final do século XIX, um contingente maior do que esse (perto de 40 mil imigrantes) aportou na província (APEES, 2015), o que por si só revela o impacto gerado nessa região do Brasil, em termos de ânimo econômico e de crescimento populacional, embora esses números possam ainda estar subestimados, como se verá adiante<sup>12</sup>.

## 4 O PROCESSO IMIGRATÓRIO EM PERSPECTIVA

### 4.1 DINÂMICA POPULACIONAL

Com base na conhecida periodização proposta por Rocha (2000), pode-se dividir esse processo em três fases, sendo a primeira (1847/1881) amparada em subsídios governamentais e marcada pela criação das colônias de Santa Izabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). Nessa fase teriam entrado na província 13,8 mil indivíduos de diversas nacionalidades (Tabela 2).

**Tabela 2:** Fases do processo imigratório no Espírito Santo (1847-1896)

Fases	Período	Número de imigrantes
I	1847-1881	13.828
II	1882-1887	1.375
III	1888-1896	21.497
<b>Total</b>	-	<b>38.700</b>

**Fonte:** ROCHA (2000, p. 102-123, a partir de Relatórios Provinciais e do Ministério da Agricultura).

<sup>10</sup> Relatório do presidente da província Antonio J. Rodrigues, em 5 de outubro de 1886, p. 22-24.

<sup>11</sup> De acordo com a notável *Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*, elaborada por Ignacio Accioli de Vasconcellos, a população do Espírito Santo compunha-se de 35.879 almas, divididas em 8.336 brancos (23,2%), 5.361 índios (14,9%), 7.617 pardos livres (21,2%), 2.735 pardos cativos (7,6%), 1.617 pretos livres (4,5%) e 10.213 pretos cativos (28,5%).

<sup>12</sup> De acordo com o Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, o número total de imigrantes chegados ao Espírito Santo no século XIX atingiu 47.026 indivíduos (Ver Tabela 3).



A segunda fase (1882-1887) é caracterizada pela suspensão de alguns favores governamentais e por uma reorientação da finalidade imigratória, destinando os imigrantes a grandes propriedades no sul da província, o que ocasionou uma diminuição sensível na sua entrada (apenas 1,4 mil indivíduos).

Por fim, a terceira fase (1888-1896) representa o auge do processo imigratório no Espírito Santo, quando entraram na província 21,5 mil indivíduos. Essa etapa foi caracterizada por novos incentivos e pela criação de núcleos populacionais, a exemplo de Costa Pereira (1889) e Afonso Cláudio (1890), ao sul; Antônio Prado (1887), Acioly de Vasconcellos (1887) e Muniz Freire (1893) no vale do rio Doce; Demétrio Ribeiro (1890) no vale do Piraqueassu; Santa Leocádia (1888) e Nova Venécia (1892) no vale do rio São Mateus.

No que se refere especificamente aos italianos, 26 de agosto de 1858 marca a fase de colonização dos imigrantes piemonteses em terras capixabas. Partindo do Porto de Gênova, vieram 388 pessoas, acompanhadas de um capelão, um médico, o representante da empresa e sua mulher<sup>13</sup>. Esses foram os primeiros imigrantes a chegar, em grupo, ao Espírito Santo.

Mas foi a partir de 1875 que os fluxos em direção ao Espírito Santo tornaram-se mais frequentes, totalizando em torno de 47 mil imigrantes estrangeiros até a virada do século XIX, dos quais 35 mil (74,5%) eram de origem italiana (Tabela 3). A viagem desde a Península Itálica durava de 24 a 26 dias até os portos de Vitória ou do Rio de Janeiro, de onde os imigrantes tomavam navios brasileiros em direção aos vários portos do Espírito Santo – Vitória, Anchieta (então, Benevente), São Mateus, Piúma, Guarapari e Santa Cruz – ou seguiam de trem para as colônias do sul da província.

**Tabela 3:** Espírito Santo: total de imigrantes segundo a nacionalidade (1812-1973)

Países de origem	Século XIX		Século XX		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Itália	35.033	74,5	1.633	22,9	36.666	67,7
Alemanha	4.013	8,5	853	12,0	4.866	9,0
Espanha	2.942	6,3	527	7,4	3.469	6,4
Portugal	2.080	4,4	1.347	18,9	3.427	6,3
Polônia	699	1,5	898	12,6	1.597	2,9
Líbano	1	0,0	568	8,0	569	1,1
Áustria	295	0,6	131	1,8	426	0,8
Estados Unidos	167	0,4	219	3,1	386	0,7
San Marino	360	0,8	3	0,0	363	0,7
Holanda	329	0,7	13	0,2	342	0,6
Outros	1.107	2,4	937	13,1	2.044	3,8
<b>Total</b>	<b>47.026</b>	<b>100,0</b>	<b>7.129</b>	<b>100,0</b>	<b>54.155</b>	<b>100,0</b>

Fonte: APEES (2015)

<sup>13</sup> Na verdade, tratava-se de um grupo de valdenses com destino à Argentina. “Il 26 agosto 1858 la nave *Bella Dolinda* si fermò nel porto di Rio de Janeiro con um centinaio di persone dirette a Buenos Aires. Alcuni emigrante piemontesi, circa trenta, aiutati dal console del Re di Sardegna (Truqui), si fermarono in Brasile e si trasferirono nella colonia di Santa Izabel (Espirito Santo)” (CASTIGLIONI; REGINATO, 2009, p. 200-201).

À exceção de Nova Venécia, fundada por italianos ao norte da província, primeiramente os imigrantes ocuparam o centro-sul do Espírito Santo e, num segundo momento, sobretudo a partir dos anos 1930-1940, estenderam o movimento de ocupação em direção ao norte, mas pelo interior do estado. A ponte sobre o rio Doce, em Colatina, concluída em 1928, foi um fator decisivo nesse processo.

Os italianos chegados ao Espírito Santo constituíram uma imigração tipicamente rural, cujo principal desafio foi lidar com novo meio, novo clima, nova topografia, novo período de estações do ano e a necessária adaptação a novas culturas agrícolas, como café, feijão, mandioca e frutas tropicais. Trata-se, como já frisado, de um processo de colonização, atestado pelo fato de a grande maioria ser composta de famílias inteiras, com um número significativo de crianças e jovens, e com a maioria (66%) composta por pessoas com até 30 anos de idade (APEES, 2015).

O maior afluxo de imigrantes aconteceu na década de 1890, embora a imigração oficial de italianos para o Espírito Santo tenha sido interrompida em 1895. Segundo Cellin (2000) e Guizzardi (2004), dentre muitas características, essas famílias eram geralmente numerosas entre os pioneiros, e assim continuaram até a terceira geração de seus descendentes<sup>14</sup>. Não só o impacto proporcionado pelos primeiros imigrantes, mas principalmente a alta taxa de crescimento dos descendentes de italianos alçaram o crescimento da população capixaba a taxas bem superiores à média do Brasil (Tabela 4), superando em muito o crescimento médio das populações dos estados do Sul, tomados aqui para efeito de comparação, em função de também experimentarem um processo semelhante de grande imigração no mesmo período. É notável ainda que, no período considerado, exceto durante a década de 1890, a população capixaba tenha crescido num ritmo acima daquele apresentado pela população de São Paulo<sup>15</sup>.

**Tabela 4:** Taxa de crescimento da população em alguns estados selecionados (1872-1930)

Estados	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1910	1910 a 1920	1920 a 1930
Espírito Santo	2,84	4,43	4,97	3,91	2,81
São Paulo	2,83	5,12	4,23	3,49	2,50
Paraná	3,84	2,75	4,76	3,70	2,66
Santa Catarina	3,24	1,22	3,26	3,68	2,64
Rio Grande do Sul	3,95	2,50	3,33	3,20	2,28
<b>Brasil</b>	<b>1,92</b>	<b>1,91</b>	<b>2,94</b>	<b>2,84</b>	<b>2,00</b>

**Fonte:** IBGE, Recenseamento do Brasil (1920) e Anuário Estatístico do Brasil (1939-1940).

<sup>14</sup> Por necessidade e segurança, a população de descendentes multiplicou-se largamente, até a terceira geração. Segundo Rizzetto (1905, p. 476), “Questi italiani appartenenti, quase tutti, ala regione veneta dove abita la razza, credo, più prolifica d’Italia, qui si riproducono com uma facilità meravigliosa; in media ogni famiglia possiede dai sete ai nove figli; è una popolazione quindi in continuo aumento”.

<sup>15</sup> A população do Espírito Santo, que era de 82.137 habitantes, em 1872, passa para 135.997, em 1890; 209.783, em 1900; 457.328, em 1920, e 650.000, em 1930. Em 58 anos, a população capixaba aumentou em aproximadamente oito vezes.





De população rarefeita e restrita ao litoral, todo o centro-sul do Espírito Santo encontrava-se ocupado nas décadas de 1930-1940. Porém, o norte do estado – em sentido lato, toda a parte ao norte o rio Doce, composta apenas por três municípios, nessa época – apresentava ainda um grande vazio demográfico. Não obstante, a densidade demográfica no Espírito Santo multiplicou-se por 7,3, entre 1872 e 1930, passando de 1,84 para 13,50 habitantes por quilômetro quadrado (Tabela 5), crescendo relativamente mais do que em qualquer dos estados escolhidos para comparação, inclusive São Paulo.

**Tabela 5:** Densidade demográfica em alguns estados selecionados (1872/1930)

Estados	População por km <sup>2</sup>					
	1872	1890	1900	1910	1920	1930
Espírito Santo	1,84	3,04	4,70	6,97	10,14	13,50
São Paulo	3,39	5,60	9,23	13,17	18,57	23,79
Paraná	0,63	1,25	1,64	2,38	3,43	4,46
Santa Catarina	1,68	2,99	3,37	4,90	7,04	9,14
Rio Grande do Sul	1,57	3,15	4,03	5,58	7,65	9,59
<b>Brasil</b>	<b>1,19</b>	<b>1,68</b>	<b>2,04</b>	<b>2,04</b>	<b>2,74</b>	<b>3,60</b>

**Fonte:** IBGE, Recenseamentos gerais. Para 1910 e 1930, cálculos elaborados pelo autor, de acordo com dados do Anuário Estatístico do Brasil, v. 5, 1939-1940

Dessa vez, um segundo movimento – por meio de migrações internas, compostas por descendentes de imigrantes – reproduziria ali, sem muitas modificações, todo o sistema cultural e de exploração econômica consolidado nas primeiras áreas de imigração. Isso perdura até a década de 1960, quando a fronteira agrícola se esgota e o café entra na pior crise. Se em termos numéricos, o contingente de italianos é menor do que aquele dirigido a outros estados, sobretudo a São Paulo, do ponto de vista relativo o fenômeno é muito significativo em terras capixabas. O Espírito Santo era o sétimo estado do Brasil em número de imigrantes em 1900, mas o segundo quanto à proporção de estrangeiros em sua população (15,7%). Além disso, era onde se verificava a maior representatividade de italianos entre a população de estrangeiros, 67% em 1920, e 61% em 1940 (BASSANEZI, 1998).

#### 4.2 TRADIÇÃO *VERSUS* ASSIMILAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES

Os imigrantes chegados ao Espírito Santo não tinham outra saída senão buscar sobreviver de acordo com as condições do meio. Como observa Cavati (1973, p. 83), “aprenderam a comer feijão com farinha e carne seca, mas não deixaram a polenta e o macarrão de lado”. A polenta tornou-se um produto emblemático, porquanto presente nas três principais refeições do dia: matinal, almoço e jantar. O macarrão normalmente compunha o almoço de domingo. Assim, são vários os indícios de

assimilação e de adaptação, que vão da alimentação à arquitetura, à arte e à religião, formando um caldo cultural, sem o qual não se pode compreender a formação socioeconômica desse estado.

Embora fosse o café quase que exclusivamente a única cultura destinada ao mercado, o mesmo chão que o produzia também era utilizado para culturas diversas, como milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e algumas fruteiras, destinadas tanto ao consumo humano quanto à criação de animais. Ao mesmo tempo, também era comum a incorporação de equipamentos e instalações destinadas a usos específicos, visando racionalizar o uso dos recursos e mitigar as dificuldades do meio. Na paisagem rural do Espírito Santo era frequente encontrar, por exemplo, moinhos de fubá, máquinas de pilar café, geradores de eletricidade e casas de farinha (quitungos) “tocados” a água.

Quase obrigatórios eram os paióis, currais, chiqueiros, galinheiros e uma horta, conferindo às propriedades um alto grau de suficiência, que as fazia depender do mercado apenas em relação aos bens não produzidos localmente, como tecidos, querosene e sal, sendo raro também o uso de mão de obra contratada. Necessidades adicionais de trabalho, como em épocas de colheitas ou de construções, eram geralmente supridas pelo recurso ao mutirão<sup>16</sup>, outra característica marcante do sistema de produção ali adotado durante praticamente um século.

A baixa circulação monetária gerou uma economia pouco dinâmica do ponto de vista capitalista, embora tivesse engendrado uma forma de vida reconhecidamente saudável<sup>17</sup>. Na base desse processo encontra-se um espectro de valores com manifestações muito peculiares nos campos familiar, artístico e religioso. A família sempre foi cultuada como base de toda a estrutura de valores nas colônias de imigrantes italianos. A divisão do trabalho se fazia entre os seus próprios membros e o emprego de assalariados ou meeiros era raro nos primeiros tempos. Geralmente, depois da primeira refeição do dia, ainda antes de o sol raiar, partiam todos para a lavoura e só paravam para almoçar em torno de nove horas da manhã<sup>18</sup>. Antes do retorno, ainda faziam uma ou duas paradas para alimentação e o dia de trabalho terminava com o sol se pondo.

<sup>16</sup> “O colono é um sitiante que tem de executar todos os trabalhos, contando, apenas, com o auxílio das pessoas da família; quando esta não pode levar a cabo a tarefa, recorre ele à ajuda dos vizinhos. Quase nunca lança mão de braços assalariados” (WAGEMANN, 1949, p. 60).

<sup>17</sup> Tanto na perspectiva de viajantes estrangeiros que passaram pelo Espírito Santo, como na observação de pesquisadores do início do século XX, passados os primeiros tempos, a vida rural na região serrana desse estado apresentava elevado nível de sanidade por causa do clima e dos hábitos simples, mas muito favoráveis de alimentação e de habitação. Veja-se, por exemplo, Wagemann (1949, p. 66) e Giemsa e Nauck (1950, p. 560). Importante salientar que a carência de médicos levou a maioria dos colonos a apropriar-se dos recursos dados pela fitoterapia e a desenvolvê-los. Somente em caso de febre alta se recorria ao “remédio comprado”. Cellin (2000, p. 61) enumera vários hábitos narrados por descendentes, como o uso de “purgante” (composto de erva-de-santa-maria com óleo de rícino) para combater vermes; chá de castanha-mineira, encontrada nas matas, para os males do estômago; óleo-vermelho, em vários tipos de preparo, para depurar o sangue, e assim por diante.

<sup>18</sup> Dentre muitas histórias de vida, cita-se aqui a de Paulo Brumatti, filho de imigrante italiano, nascido em 1917. Ele conta que “chorava muito tentando resistir à força do pai, que o obrigava a acompanhar na lavoura ainda com três anos



Muitos imigrantes trouxeram consigo habilidades que se mantiveram e se desenvolveram no novo meio. Pode-se afirmar, por exemplo, que a carpintaria no Espírito Santo tem a marca do imigrante italiano (CELLIN, 2000). Junto à tradição, as necessidades imediatas do novo meio levaram o imigrante a utilizar intensivamente um recurso muito abundante: a madeira. Seu uso se fez farto e diversificado, na construção de casas, incluindo ornamentos internos e externos; na fabricação de móveis e utensílios domésticos; na fabricação de equipamentos e utensílios para a lavoura; na arte religiosa, incluindo a fabricação de bancos de igreja, de santos e altares; e na arte funerária, incluindo a fabricação de caixões, túmulos e lápides.

Era comum entre as mulheres a prática do crochê, da brolha, do bordado, da marca, da costura e da pintura em tecidos, além da feitura de colchões de palha e de travesseiros de penas de aves. Entre os homens sobressaíam a cestaria, além de peneiras, balaies e vassouras. Em função dessas especialidades, muitos acabavam dedicando boa parte do tempo ao atendimento de necessidades do entorno, sendo muito conhecidos os carpinteiros, ferreiros, balaieiros, sapateiros, costureiras, parteiras e até igrejeiros (construtores de igrejas)<sup>19</sup>.

Guizzardi (2004, p. 599) salienta que tal “concentração de pessoas com fortes laços de parentesco, de histórias de vida em comum, de formação baseada nos traços de italianidade, no apego à família, ao cultivo dos valores religiosos e humanistas, favoreceu diretamente a união e a cooperação”. O trabalho e a ajuda mútua sempre constituíram traços marcantes da população ítalo-capixaba, solidificando sua presença e participação em setores fundamentais para a economia do estado, a exemplo da indústria e comércio de vestuário, moveleiro, alimentos e bebidas, cerâmica, construção civil e na diversificação da oferta turística. Mas a mobilidade social ocorre de fato com a segunda e a terceira gerações. Ainda segundo Guizzardi (2004), uma vez estabelecidas, essas famílias puderam mandar os filhos à escola, diversificando sua formação, e migrar para outros setores de atividade, aumentando sua presença nas profissões liberais, no comércio, na indústria e na prestação de serviços.

Nas colônias, novos hábitos e técnicas foram surgindo em todos os setores da vida. Aproveitava-se de tudo um pouco e reciclava-se o que fosse possível, em função da pouca inserção dessas populações no mercado. Latas de querosene vazias, por exemplo, viravam tabuleiros para

---

de idade”. Não podendo ir à escola, pois tinha que ajudar na lavoura, aprendeu a ler e a recitar tabuada com o pai, sempre à noite, depois da jornada de trabalho. Necessitando ganhar dinheiro, Paulo começou a aprender, também com o pai, o ofício da carpintaria e da marcenaria. Aprendeu, como aprendera a ler e escrever, sozinho com o pai, nas horas calmas. Nascia, assim, um dos mais importantes grupos empresariais moveleiros no Espírito Santo (GUIZZARDI, 2004, p. 596-597).

<sup>19</sup> Nas observações de Wagemann (1949, p. 31), de modo geral, em toda a região colonizada, as populações eram autossuficientes. Esse autor verificou que nas pequenas “aglomerações”, como Figueira, com 170 a 200 habitantes, onde predominavam os italianos, havia profissionais variados, tais como 12 vendedores, dois padeiros, um ferreiro, um médico, um farmacêutico e uma casa de beneficiar café.

assar pão ou formas para fazer queijos, ou ainda “raladores” de queijos ou utensílios para armazenar mantimentos e conservar alimentos na banha de porco<sup>20</sup>, já que refrigeradores pertenciam a um futuro distante. O vinho foi substituído pela cachaça, reservando-se aquele para ocasiões especiais. A farinha de mandioca ficou logo conhecida e o seu preparo foi logo dominado, surgindo amiúde as casas de farinha ou “quitungos”. Feitos de forma diferente, mas obedecendo a uma origem comum, vários pratos hoje conhecidos têm origem nos primeiros tempos de colonização italiana no Espírito Santo, misturando tradição, necessidade e experimentação. Assim, sedimentou-se um novo padrão alimentar que, aliado a outras manifestações culturais e religiosas, compõe o mosaico da tradição italiana no Espírito Santo, um dos principais fundamentos do agroturismo na atualidade<sup>21</sup>.

Se se recordar que até a chegada dos imigrantes europeus, na segunda metade do século XIX, o Espírito Santo era praticamente despovoado, a transformação da paisagem rural, principalmente no centro-sul e no norte desse estado, muito deve à presença dessa população, sendo a construção rural um dos seus traços distintivos. A trajetória dos italianos no Espírito Santo ocorreu em etapas bem definidas, desde a ocupação da floresta até a integração das comunidades rurais na vida nacional, muitos anos depois. Segundo Posenato (1997), cada uma dessas situações equivaleu a um período arquitetônico bem característico. O primeiro período correspondeu à fase de ocupação e desbravamento da terra, fase de construções provisórias, choupanas, cabanas e palhoças, destinadas ao abrigo em meio às intempéries e à segurança contra animais da selva.

Passados os primeiros anos da ocupação da terra, o ritmo da atividade produtiva já estava organizado e, mesmo se não proporcionasse acumulação de capitais, provia farta alimentação. Além da terra, havia madeira em abundância, e nessa fase a casa permanente foi edificada. O terceiro período corresponde à época em que os primeiros imigrantes, já maduros, podiam contar com a força de trabalho dos filhos adultos. Chegara o momento de providenciar uma habitação mais condizente com o tamanho da família e com a tradição cultural norte-italiana. Passadas as primeiras décadas desde a chegada dos imigrantes, os antigos patrões da Itália, os sofrimentos e as dificuldades iniciais na chegada ao Brasil tinham cedido lugar à abundância e à prosperidade. A casa tornou-se um monumento (ainda que inconsciente) à autoafirmação individual. Em sua

<sup>20</sup> Dessa necessidade nasceu uma das mais apreciadas formas de consumir carne suína, a famosa carne assada imersa na banha, em latas de querosene, o que permitia a sua conservação por semanas e até meses. Há que se esclarecer, entretanto, que esses “utensílios”, antes de serem utilizados, eram submetidos a um rigoroso ritual de limpeza e preparação (CELLIN, 2000, p. 41-42). A mesma autora (p. 44-46) enumera cerca de 30 modalidades sob as quais as carnes, verduras e legumes eram manuseados e consumidos pelos imigrantes e seus descendentes.

<sup>21</sup> Ao leitor interessado, recomenda-se consultar um pequeno livro editado pelo SEBRAE-ES, em 1995, intitulado *Cozinha rural da região do agroturismo capixaba*, bastante ilustrativo, acerca da herança cultural alimentar em onze municípios que compõem a Região do Agroturismo de Montanha do Espírito Santo.



imponência e semelhança à tradição italiana, simbolizava a euforia pela propriedade da terra e o orgulho pela liberdade, vivida em plenitude.

Posenato (1977; 1998) e Muniz (1997) descrevem minuciosamente a construção rural do imigrante italiano no Espírito Santo, notável pela funcionalidade e pelo conforto térmico derivados dos materiais e técnicas utilizados, unindo tradição e assimilação. O símbolo maior dessa arte construtiva foi a casa de estrutura de madeira, afastada do solo por *pilotis*, com paredes de taipa e telhado em *scandoli*<sup>22</sup>, materiais quase sempre obtidos artesanalmente, sendo raro o uso de vidros ou ferragens industrializadas.

## 5. SINAIS CONTEMPORÂNEOS DA PRESENÇA ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO – ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Durante muito tempo, afirma Reginato (2000), o governo italiano pouco fez para preservar a memória dos seus cidadãos emigrados. Em raras ocasiões essas massas humanas espalhadas mundo afora foram lembradas, como no período entre guerras, quando as emigrações foram quase totalmente bloqueadas, já na perspectiva de incrementar a população peninsular de acordo com as diretrizes do governo nacional fascista. Essa posição mudou substancialmente após 1950, com a criação das “Regioni”, que, em função de sua maior autonomia administrativa e política, estabeleciam contatos diretos com os descendentes dispersos pelo mundo. Dessa convergência de interesses afloram institutos e organizações diversas, criados principalmente nos últimos 30 anos, que reforçam, de um lado, o interesse em estar presentes onde vivem os seus antigos filhos e, de outro, destes últimos em não esquecer a própria origem<sup>23</sup>.

Entretanto, as análises mais conhecidas da imigração estrangeira no país somente se referem ao Espírito Santo de forma periférica, tornando esse fenômeno o que Petrone (1997) denominou “imigração esquecida”, embora sua contribuição, sobretudo na arquitetura – mesclando elementos italianos e luso-brasileiros – constitua um “patrimônio cultural único no mundo” (POSENATO, 1998, p. 247). Cada reconstrução histórica da contribuição dos italianos emigrados ao crescimento e

<sup>22</sup> As *scandoli* eram tabuinhas de madeira, cuidadosamente produzidas para cobertura de casas e construções em geral. Eram usadas em substituição às telhas e outras formas de cobertura, mais caras e de difícil acesso. Na cidade de Santa Teresa, centro-sul do Espírito Santo, encontra-se de pé e bem conservada uma construção, datada de 1875, com características e dimensões expressivas para o período em análise. O imigrante Virgílio Lambert foi seu construtor e primeiro proprietário.

<sup>23</sup> O trabalho da autora Joelma Cellin (2000) é o resultado prático desse mútuo interesse. Em 1997, foi instituído pela Regione Piemonte um prêmio reservado a jovens estudantes de origem piemontesa para a melhor tese de bacharelado na Universidade Federal do Espírito Santo ou em outra instituição do Espírito Santo, abordando a temática da presença italiana nesse estado. Dentre as várias instituições ativas, podem-se mencionar a *Associação Piemontesa*, em Vitória (ES), e inúmeros grupos artísticos, como o grupo de danças *Città di Torino*, em Castelo (ES).

desenvolvimento dos países onde se estabeleceram, diz Fassino (1997, p. 7), “[...] nos ajuda, sem nenhuma retórica, a compreender que extraordinário recurso tem a Itália”.

No Espírito Santo, o fenômeno se configurou essencialmente como imigração de colonização, predominando conjuntos familiares, instalados em áreas de escassa população, terras desertas e/ou cobertas por florestas e precário sistema de comunicação. Chegada à década de 1960, uma razoável parcela dessa população – cerca de 30% – ainda vivia no meio rural (COLBARI, 1998). No âmbito acadêmico, a relação de teses e dissertações sobre o tema tem possibilitado comparações que atestam a permanência e o desenvolvimento de fatores semelhantes entre a velha pátria e o novo mundo. Com vistas a sistematizar alguns desses aspectos, selecionaram-se aqui algumas abordagens diretas e outros trabalhos delas derivados que identificam a herança cultural italiana sob múltiplos pontos de vista.

A partir de uma pesquisa sobre seis cidades com forte presença de descendentes de italianos no Espírito Santo<sup>24</sup>, Bombassaro e outros (2004, p. 586) enfatizam que “não só nelas, mas por extensão de correlatividade [...] a participação dos imigrantes italianos e de seus descendentes foi fundamental para a operação de transformações sócio-culturais significativas”. São mudanças que vão desde nova concepção valorativa do trabalho à adoção do lazer como prática vital a uma existência satisfatória; desde o reconhecimento do valor do saber local à recuperação em novo nicho da expressão do patrimônio cultural preservado na travessia; desde a informalização da comunicação até a reconfiguração da partilha do poder político nas unidades municipais e federativas da nova terra.

A análise comparativa com o caso da Itália é um importante referencial, principalmente quando se considera a experiência italiana em setores tradicionais como o têxtil, de vestuário, de móveis e de calçados. Rodrigues (2004) assinala que o norte da Itália se constitui em berço de milhares de pequenas empresas surgidas da continuidade histórica de unidade familiar, oriunda do período medieval. Afirma também que os fatores culturais característicos dos processos produtivos da região norte do Espírito Santo são muito semelhantes aos presentes na região da Terceira Itália<sup>25</sup>, tais como união, cooperação e competitividade.

De fato, tal se aplica aos empreendedores de sistemas produtivos em aglomerados setoriais do norte do Espírito Santo, como cerâmica, móveis e vestuário. Sua hipótese fundamental é que o

<sup>24</sup> Trata-se de uma pesquisa envolvendo seis cidades capixabas – Santa Teresa, São Roque do Canaã, Colatina, Marilândia, São Gabriel da Palha e Nova Venécia – contempladas pela investigação do projeto “Cultura e processo produtivo: a influência do humanismo latino na formação dos aglomerados produtivos da região norte do Espírito Santo”.

<sup>25</sup> Denomina-se Terceira Itália a região norte daquele país, caracterizada por inúmeros distritos industriais descentralizados, porém integrados, características que, segundo Rodrigues (2004, p. 609), também firma a identidade dos arranjos produtivos na região norte do Espírito Santo.



“relacionamento social-econômico-gerencial” interfirmas nas indústrias dos setores ali criados apropriou-se do fato de que, na transferência do ambiente rural para o urbano de parte da população que hoje habita essas cidades, permaneceram os valores de ajuda mútua, muito característicos dos imigrantes que colonizaram o norte capixaba. Uma de suas fontes de dinamismo é a aparente contradição entre concorrência e cooperação. As empresas competem acirradamente entre si, gerando eficiência e inovação na produção, mas cooperam nos serviços administrativos, na aquisição de matérias-primas, no financiamento e na pesquisa.

Por outro lado, Monti (2010) analisa a influência decisiva do capital social formado pela cultura italiana, marcada por novos costumes, crenças e valores refletidos no trabalho, na família, na religião e na coletividade, presentes na alta densidade de serviços de transportes que identificam a cidade de Iconha (ES). Nessa acepção, conclui que o capital social é um ativo baseado na confiança e na cooperação mobilizados nas instituições coletivas que beneficiam a sociedade local.

Analisando o arranjo produtivo de confecções em Colatina, Pandolfi (2007, p. 113) elege três eixos de análise – discurso da Igreja, cultura do trabalho e núcleo familiar – para concluir que os ítalo-brasileiros são portadores de um capital cultural, tendo assimilado “...uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social cujo eixo estava na Igreja, na área do trabalho e nos grupos de parentesco”. Da estrutura familiar vêm a divisão do trabalho e a presença da família no processo de gestão; da cultura do trabalho, a visão empreendedora desses ítalo-brasileiros; e da Igreja para o mundo dos negócios, os valores católicos e principalmente a coesão do grupo familiar. Conclui que a organização da sociedade local, sob a forma de valores como confiança, cooperação e solidariedade, é que permitiu o surgimento de uma configuração empresarial, gerencial e política diferenciada de outras áreas do estado.

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Espírito Santo, concentra na atualidade o maior polo de rochas ornamentais da América Latina, contando também com uma centenária indústria de cimento. Segundo Villaschi Filho e Sabadini (2000), o início da extração de mármore e granitos deu-se em 1957, com um filho de imigrante italiano, Horácio Scaramussa, que também disponibilizou suas terras para empresas cariocas atuantes nesse ramo. Entretanto, os primeiros passos na indústria da mineração nessa região foram dados pela fabricação de cal, já em 1878, com a vinda de colonos italianos que ali se estabeleceram. Foram eles que inspiraram e criaram as condições para a indústria de cimento na região, com o aproveitamento de suas jazidas de calcário.

Voltando à vida rural, origem de todo esse processo, verifica-se que a colonização estrangeira também deixou marcas duradouras na estrutura agrária do estado, com predominância da pequena propriedade nas regiões de colonização estrangeira – centro-sul e noroeste –, em



contraste com os municípios do extremo norte e próximos do litoral. Nestes últimos, segundo Bergamim (2004, p. 172-3), o Índice de Gini<sup>26</sup>, em 1995, estava próximo de 0,800 – Conceição da Barra (0,913), São Mateus (0,821), Montanha (0,716), Pinheiros (0,700), Aracruz (0,827) e Itapemirim (0,787) –, enquanto nos primeiros – Santa Teresa (0,510), Santa Maria de Jetibá (0,510), Domingos Martins (0,498) e Santa Leopoldina (0,586) – não chegava a 0,600. Outro aspecto desse fenômeno é o tipo de exploração na região de colonização estrangeira, com predomínio da agricultura familiar, que representa, em alguns municípios, mais de 90% do total das propriedades rurais. Essa estrutura foi sendo montada a partir do início da colonização estrangeira no Espírito Santo e se consolidou nas primeiras décadas do século XX, permanecendo estruturalmente estável até hoje.

## 6 CONCLUSÃO

A história social e econômica do estado do Espírito Santo é marcada por épocas e fenômenos bastante distintos. Na fase colonial, a região passa ao largo de todos os estímulos ocorridos no Brasil, registrando apenas marginalmente algumas das atividades mais importantes do período, como a cultura da cana-de-açúcar e a criação de gado, e assim mesmo, restritas a uma pequena faixa próxima ao litoral. Ademais, sua localização geográfica frequentemente é citada como fator de isolamento durante a exploração do ouro em Minas Gerais, uma vez que não interessava à Coroa portuguesa criar eventuais facilidades de acesso àquela região, restando ao Espírito Santo um papel estratégico de proteção às minas. Como resultado, o território capixaba ficou praticamente despovoado até meados do século XIX.

Com a criação da primeira colônia de estrangeiros, em 1847, começa o fenômeno mais marcante na história capixaba, o da imigração europeia para o estado. Até 1895, quando termina a imigração oficial para o Espírito Santo, essa região recebeu sucessivas levas de imigrantes, que totalizaram perto de 47 mil indivíduos, dos quais aproximadamente 74% eram de origem italiana. Sua importância pode ser avaliada pelo impacto direto – praticamente triplicando a população de 1827 – mas principalmente pela alta taxa de reprodução dessa população. Entre 1872, ano do primeiro recenseamento geral do Brasil, e 1930, não obstante passadas três décadas desde o fim da imigração para o Espírito Santo, sua densidade demográfica multiplicou-se 7,3 vezes, permitindo

---

<sup>26</sup> O Índice de Gini é uma medida de concentração, variando entre zero e um. Quanto mais próximo de um, mais concentrada se torna a propriedade da terra. Historicamente, junto com Santa Catarina, o Espírito Santo ostenta um dos indicadores de menor concentração fundiária do país: 0,680 e 0,733, em 2006, respectivamente (HOFFMANN; NEY, 2010, p. 23).





que, a partir daí toda a região norte capixaba fosse ocupada com deslocamentos internos da população.

Os imigrantes italianos chegados ao Espírito Santo constituíram tipicamente uma população de colonização, constituída majoritariamente por homens jovens acompanhados de esposa e filhos e cujo epicentro era a família, com conduta principalmente balizada nos princípios da religião católica e na valorização do trabalho. Os desafios eram múltiplos, segundo estudos baseados em histórias de vida. Por questões de segurança e sobrevivência, essas famílias se fizeram numerosas, desenvolvendo-se entre elas fortes laços de cooperação e lealdade. Aliando tradição e adaptação, construíram uma herança que pode ser avaliada atualmente sob múltiplas perspectivas. No âmbito econômico, a colonização de terras capixabas gerou uma estrutura agrária relativamente equilibrada, baseada na pequena propriedade familiar, de produção multivariada, tendo no café o principal produto de sustentação.

Mas não é só na agricultura que se notam os sinais da presença italiana no Espírito Santo. Variados setores da sociedade capixaba atual, como o de alimentos e bebidas, móveis, cerâmica, confecções e agroturismo lembram a Terceira Itália, pelo tipo de organização e pela lógica de funcionamento. Muitos imigrantes trouxeram consigo habilidades que se mantiveram e desenvolveram no novo meio, como a arte da carpintaria. A transposição dessa cultura para os setores urbanos, industriais e de serviços constitui um verdadeiro capital social que explica o surgimento e o desenvolvimento de algumas regiões do estado, comparativamente a outras. São aglomerações econômicas, majoritariamente constituídas por pequenas empresas que, embora concorrendo entre si, associam-se em torno de interesses comuns, elevando a competitividade desses setores. Na origem desses fatos, segundo as conclusões de vários estudos recentes, encontram-se os preceitos que animaram os precursores desses descendentes de imigrantes: a valorização do trabalho e a ajuda mútua.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo – 1850/1888**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1981. 240 p. (Dissertação, Mestrado em História).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES). Projeto Imigrantes. Disponível em: <[www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html](http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Relatório do Presidente da Província Antonio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886.



BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. Italianos no Brasil: o que dizem os censos? In: CASTIGLIONI, Aurélia H.. (Org.) **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória, UFES, 1998. p. 51-80.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BERGAMIM, Márcia Cristina. **Agricultura familiar no Espírito Santo**: constituição, modernização e reprodução socioeconômica. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JR., Arno; PAVIANI, Jayme (Orgs.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BUFFON, Jose Antonio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1992. 386 p. (Dissertação, Mestrado em Economia).

CASTIGLIONI, Aurélia H.; REGINATO, Mauro. **Imigração italiana no Espírito Santo**: o banco de dados. Vitória: CST/Unimed, 1997.

\_\_\_\_\_. Impatti sociodemografici dell'immigrazione europea in Espírito Santo. **Globus et Locus**. Centro Altretalie, gennaio-dicembre, 2009.

CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

CELIN, José Lazaro. **Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984. 330 p. (Dissertação, Mestrado em Economia).

CELLIN, Joelma. **Piemonteses em Castelo**: aspectos culturais. Vitória: EDUFES, 2000.

COLBARI, Antônia de L.. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H.. (Org.) **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória, UFES, 1998. p. 129-146.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

GIEMSA, G.; NAUCK, E. G.. Uma viagem de estudos ao Espírito Santo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 8(88):451-470, jun. 1950; 8(89):560-575, ago. 1950; 8(90):653-701, set. 1950.

GRAHAM, Douglas H.. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro – 1880/1930. São Paulo, **Estudos Econômicos**, 3(1):7-64, abr. 1973.



GUIZZARDI, Sérgio Ricardo. Trabalho, humanismo e construção da cidadania em condições adversas. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JR., Arno; PAVIANI, Jayme (Orgs.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 589-604.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: grandes regiões e unidades da Federação (de 1970 a 2008)**. Brasília: MDA, 2010.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano V, 1939/1940.

\_\_\_\_\_. **Recenseamento Geral**, Rio de Janeiro, 1920, 1940 e 2006.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração**. Caxias do Sul: EST/UCS, 1980.

KLEIN, Herbert S.. A integração de imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 25, out. 1989, p. 95-119.

MONTI, M.Z.. **Cultura italiana e capital social no setor de transporte rodoviário de cargas de Iconha-ES**. Vitória, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2010. (Dissertação, Mestrado em Administração).

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Cultura e arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1997.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 2ª ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1975. 596 p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

PANDOLFI, R.. **Imigração italiana no Espírito Santo e a construção de um capital simbólico: uma reflexão sobre os empresários em Colatina**. Vitória: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. (Dissertação, Mestrado em Administração).

PETRONE, Pasquale. Apresentação. In: CASTIGLIONI, Aurélia H.; REGINATO, Mauro. **Imigração italiana no Espírito Santo: o banco de dados**. Vitória: CST/Unimed, 1997. p. 9-12.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Arte & Cultura, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. Com Post-Scriptum em 1976. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REGINATO, Mauro. Apresentação. Professor da Faculdade de Economia de Torino, Itália. In: CELLIN, Joelma. **Piemonteses em Castelo: aspectos culturais**. Vitória: EDUFES, 2000. p. 15-16.

RIZZETTO, R.. Colonizzazione italiana nello Stato di Espírito Santo (Brasile). **Bollettino dell'emigrazione**. Roma, 1905 (7). (Rapporto del cav. R. Rizzetto, R. Console d'Italia a Vittoria: agosto 1901)

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Niterói: Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense, 1984. (Dissertação, Mestrado em História).

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955/1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, Márcia B. F.. Cultura e processo produtivo no Espírito Santo. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JR., Arno; PAVIANI, Jayme (Orgs.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 605-614.

VILLASCHI FILHO, A.; SABADINI, M. **Arranjo produtivo de rochas ornamentais (mármore e granito)/ES**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. (Relatório de Pesquisa).

WAGEMANN, Ernst. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

Recebido em 30 de Maio de 2019  
Aprovado em 10 de Dezembro de 2019

